

CAMINHOS PARA DESCOLONIZAR O PENSAMENTO: FILOSOFIA AFRICANA E AFRO BRASILEIRO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

Prof. Dra. Maísa Martorano Suarez Pardo¹

O ensino de filosofia em todos os níveis educacionais sempre esteve fortemente associado à leitura, compreensão e exegese dos textos canônicos do arcabouço do pensamento ocidental, ignorando e desprezando filosofias e propostas oriundas de outras tradições culturais. Esse desprezo e negação da racionalidade do outro tem suas raízes nos processos coloniais a que os povos europeus submetteram o restante do mundo no período das grandes navegações e colonizações iniciado ainda no século XV. Assim, a partir de uma orientação eurocentrista e colonizadora, muitos modos de ser e de pensar foram sistematicamente excluídos dos estudos filosóficos como não-filosofia, pensamento não-sistemático – reservados apenas às tradições marcadamente originadas na tradição greco-romana europeia. O presente projeto de ensino e pesquisa tem por objetivo a pesquisa de autores africanos e afro-brasileiros de modo a encontrar caminhos possíveis para o ensino e para o currículo dos estudantes de Ensino Médio, a partir da implementação das leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.711/2012 que tratam do ensino da história e cultura africana e afrobrasileira, do ensino da história e cultura dos povos indígenas, e das cotas sociais e étnicas nos exames públicos admissionais para universidade e rede de ensino federal. O ponto central é entender como é possível atender a essa demanda, e por isso tem como núcleo o problema do cânone e as dificuldades particulares ao ensino de Filosofia, pontuando os principais desafios materiais e intelectuais, e apontando possíveis soluções. Começa com uma introdução às leis e uma revisão bibliográfica do debate acadêmico que as fundamentam, seguido de uma reflexão e resumo da história da disciplina de filosofia no Brasil e das necessidades de cada etapa do ensino, e continua com anotações sobre experiências concretas em sala de aula na rede federal de ensino médio e estadual de ensino superior, por fim, a conclusão procura apontar caminhos para superar os problemas encontrados entre a letra da lei e a sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Filosofia no Ensino Médio; Educação anti-racista; Educação anti-colonial.

No que concerne especificamente o estudo do pensamento africano e afro brasileiro, há um florescer de estudos decoloniais e anticoloniais, o resgate de autores e autoras brasileiros e estrangeiros que promovem uma percepção crítica à colonização do pensamento e da cultura. Em todos os níveis educacionais, até mesmo na educação básica, as políticas públicas também parecem indicar um novo caminho para o ensino, menos centrado na hegemonia eurocêntrica, como é o caso do incentivo à inclusão sobre a história, a cultura e a filosofia africana e afro-brasileira nas escolas do país – especialmente a partir da lei no 10.639/03 que acrescentou dois artigos à LDB determinando a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro- Brasileira. O filósofo e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Renato Nogueira, trata especificamente da questão dessa alteração na LDB e sua relação com o ensino de filosofia, e denuncia um epistemicídio sistemático que oculta a história e o pensamento dos povos de origem não-europeia. Nogueira defende que a filosofia não é prerrogativa dos gregos e europeus, mas, antes, algo humano e presente nas mais diversas tradições. Contudo, o autor defende que o tratamento aos textos africanos deve ser o mesmo dado aos textos europeus, num “exercício de desmarginalização das produções africanas” (NOGUERA, 2014). A filósofa Sueli Carneiro também denuncia as práticas de epistemicídio em sua obra recente Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser (2023), a partir do pensamento afro-jamaicano de Charles Mill e das categorias foucaultianas de dispositivo e de biopoder, submetidas à crítica étnico-raciais. A autora propõe, assim, o conceito de um dispositivo de racialidade representado pela ideia de contrato, firmado entre brancos para privilégio desses e pela subordinação e eliminação sistemática dos negros. Todas as disciplinas acadêmicas e nossa própria formação cultural sofrem diretamente desse viés cognitivo que apresenta o pensamento e a metodologia ocidental europeia como as mais adequadas e racionais. A filosofia, no entanto, seria a “mais branca” de todas as disciplinas em humanidades (MILLS, 1999). Portanto é

¹ Profa. Dra. Maísa Martorano Suarez Pardo é Professora Visitante no IFMG – Betim e coordenadora do Projeto Caminhos para descolonizar o Pensamento, e membro do Grupo de Pesquisa “Educação para Relações Étnico Raciais” na mesma instituição.

necessário um duplo movimento de reivindicação desse lugar de pensamento, e de descolonização do pensamento – que acontecem num só tempo. Ou seja, é pelo exercício de expandir as possibilidades de abordagem filosóficas que se abre a possibilidade de descolonização, mas é também o interesse na descolonização que coloca a exigência de extrapolação do núcleo canônico baseado num eixo geopolítico de dominação.

Justificativa

No Brasil, a Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. O ensino de Filosofia Africana e Afro-Brasileira está alinhado com essa lei e contribui para a implementação efetiva dessa política pública. O ensino de Filosofia Africana e Afro-Brasileira é fundamental para promover a diversidade, combater preconceitos e promover uma sociedade mais inclusiva. Ele oferece uma oportunidade valiosa para os alunos aprenderem sobre as contribuições culturais, históricas e filosóficas das populações afrodescendentes, ao mesmo tempo em que os capacita a refletir criticamente sobre questões de discriminação racial e desigualdade. Portanto, essa disciplina não apenas enriquece a educação, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As filosofias africanas e afro-brasileiras oferecem perspectivas únicas sobre questões filosóficas, como a natureza da existência, a ética, a moral e a espiritualidade. Ao incluir essas perspectivas nos currículos, os alunos podem expandir seu entendimento sobre a diversidade das abordagens filosóficas em todo o mundo e enriquecer seu pensamento crítico. Pensar os caminhos dessa inclusão é, portanto, condição necessária para o desenvolvimento dos estudantes e do ensino no país como um todo.

Fundamentação Teórica

Dentre os autores contemporâneos cuja obra e pensamento tem se destacado na promoção da filosofia africana, Achille Mbembe oferece caminhos importantes para pensar a descolonização do pensar e um olhar sobre outro que incorpora novas formas de saber e de interpretar o mundo. Em primeiro lugar, chama atenção para os riscos de se propor, justamente, uma concepção hegemônica desse outro africano (ou ameríndio, oriental, etc). Em *As formas Africanas de auto-inscrição* (2001), o autor sinaliza os riscos de interpretações apressadas que não se pautam pelo reconhecimento de especificidades culturais, políticas e geográficas africanas e buscam, ao contrário, abordagens essencialistas ou economicistas. Segundo Mbembe, o economicismo pode se apresentar como democrático e progressista, e “utiliza categorias marxistas e nacionalistas para desenvolver um imaginário da cultura e da política, no qual a manipulação retórica da autonomia, da resistência e da emancipação serve como único critério para determinar a legitimidade do discurso ‘africano’ autêntico”... (MBEMBE, 2001, p. 174). Por outro lado, a metafísica da diferença, propõe um essencialismo que “promove a ideia de uma única identidade africana, cuja base é o pertencimento à raça negra.” (MBEMBE, 2001, p. 174). Para o autor, “no centro dessas duas correntes de pensamento, repousam três eventos históricos: a escravidão, o colonialismo e o apartheid”. A proposta intelectual do filósofo e professor universitário camaronês retoma o projeto de Frantz Fanon e aprofunda a questão da criação e estabelecimento do sujeito na modernidade como algo cindido à ideia de raça. Essa relação com a obra de Fanon aparece, por exemplo, em *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada* (2019), em que Mbembe quer examinar como “a descolonização inaugurou o tempo da bifurcação na direção de futuros inumeráveis.” (2019, p.11). No entanto, o que parecia um momento de realização da alteridade e da possibilidade positiva de criação advindo das lutas anticoloniais e por independência em oda África ao longo do século XX, trouxe desafios e um mergulho na “grande noite”, indaga-se o autor: “nós éramos então descolonizados, mas será que por isso éramos livres? A independência sem liberdade, a liberdade incessantemente adiada, a autonomia na tirania – era essa, como descobri mais tarde, a assinatura da pós-colônia, o verdadeiro legado da farsa que foi a colonização”. (2019, p. 44). O filósofo camaronês indica uma saída dessa grande noite apenas pelo enfrentamento dos fantasmas da descolonização, em constante diálogo para rompimento das barreiras. Em *Políticas da Inimizade*, publicado no Brasil em 2017, Achille Mbembe reflete sobre questões da geopolítica atual como a ascensão de nacionalismos xenófobos, os racismos de Estado e a suspensão dos direitos civis, numa suposta defesa da “civilização”. Está em questionamento, justamente, a crítica ao modelo civilizacional vigente, que

anuncia a multiplicação de prisões, as alterações fronteiriças, as guerras intermináveis. Outros conceitos e reflexões de outras obras ressurgem, como a noção de necropolítica, que descreve a forma como o poder político é exercido sobre a vida e a morte das pessoas. É um tipo de biopoder que atua diretamente na gestão e no controle da vida e da morte, que legitima a violência de Estado, os genocídios e a eliminação de povos e culturas. Uma característica fundamental da necropolítica é a distinção entre "vidas dignas de serem vividas" e "vidas descartáveis". Certos grupos são considerados supérfluos ou indesejáveis, e suas vidas são tratadas como dispensáveis. Através da violência direta ou estrutural, esses grupos são subjugados, reprimidos ou eliminados, perpetuando assim uma lógica de dominação e opressão. A necropolítica também se manifesta através da gestão e do controle dos espaços de morte. Isso pode ocorrer através da imposição de condições precárias de vida em determinadas regiões, privando as pessoas de recursos básicos como água, comida e abrigo. Além disso, a repressão violenta de protestos sociais e a militarização de espaços urbanos são exemplos de como a morte é utilizada como uma estratégia de controle. Por fim, a necropolítica está intrinsecamente ligada às estruturas de poder, como o colonialismo, o racismo e o patriarcado. Essas estruturas sustentam e reproduzem relações de dominação, e a utilização da violência como ferramenta de controle é uma forma de manter essas estruturas intactas. A crítica à necropolítica envolve, portanto, questionar e desafiar essas estruturas, buscando promover uma política baseada na dignidade e no respeito à vida de todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero ou origem. No ensaio, publicado em 2016 no Brasil, Mbembe declara que o pressuposto do qual parte é que : “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2016, p. 123).

Essa abordagem proposta por Mbembe ao longo de seu percurso encontra-se bem sistematizada, sobretudo enquanto resposta de crítica à razão ocidental, na obra *A crítica da razão negra* (2013), na qual retoma elementos presentes já em *Formas Africanas de Auto-inscrição...* (2001). Dentre esses elementos, a análise da ideia de modernidade e de sujeito como necessariamente vinculadas à escravidão, ao colonialismo e ao apartheid na construção de uma crítica que reivindica uma epistemologia longe das construções europeias colonizantes. Essa abordagem propõe uma reflexão crítica sobre a história e as estruturas do pensamento ocidental, buscando desafiar as formas dominantes de racionalidade e conhecimento que excluem e marginalizam as experiências e perspectivas negras. O autor argumenta que a racionalidade ocidental, moldada pelo Iluminismo europeu, foi construída sobre a desumanização e a subjugação dos povos negros. Através da escravidão, do colonialismo e do racismo estrutural, as pessoas negras foram consideradas inferiores, desprovidas de racionalidade. Mbembe propõe que é necessário desafiar e romper com essa lógica de exclusão, reconhecendo as contribuições históricas e culturais das comunidades negras para a formação do conhecimento e da razão. Isso implica em repensar as categorias e os paradigmas dominantes, permitindo a emergência de outras formas de conhecimento e racionalidade que não sejam baseadas na supremacia branca. Além disso, a crítica da razão negra também enfatiza a importância da memória e da história na luta contra o racismo e na busca por justiça. É necessário confrontar os legados do passado, expor as estruturas de opressão presentes e construir uma narrativa que valorize a diversidade cultural e os saberes das comunidades negras. Em última análise, a crítica da razão negra busca descolonizar o pensamento e o conhecimento, abrindo espaço para a pluralidade de vozes e perspectivas, e desafiando a hegemonia da razão ocidental. Trata-se de um convite para repensar a forma como a sociedade produz, valida e distribui o conhecimento, promovendo uma transformação que seja inclusiva e respeitosa com a diversidade racial e cultural. Mais uma vez, Achille Mbembe dialoga com Frantz Fanon e afirma que a construção da ideia de raça foi um processo iniciado com o surgimento da burguesia e seu projeto de modernidade, por sua vez possibilitado pelas grandes navegações e colonizações: primeiro das Américas e em seguida da África, especialmente pelo tráfico de pessoas escravizadas. Mas a noção de raça só se consolida a partir da hegemonia capitalista atingida ainda no século XIX e torna-se, a partir de então, o centro referencial do diálogo com os negros. Diferentemente de Fanon e de outros pensadores pós-coloniais, Mbembe acredita que é necessário superar a ideia de raça enquanto conceito diferenciador e propositivo de identidade. Se a razão universal e o sujeito propostos pelo Iluminismo excluem as contribuições e

perspectivas africanas, e são produtos coloniais, a formação das identidades africanas na contemporaneidade deve ser entendida como um constante devir; como abertura ao presente que coloca o passado em suspensão. Ao mesmo tempo, o filósofo camaronês nos alerta para o risco do “devir-negro no mundo” em que todos os humanos, todas as pessoas que habitam a Terra seriam reduzidos a uma condição de subalternidade em função da sanha neoliberal de escravizar e colonizar ativamente. No Brasil, a obra de Mbembe tem sido amplamente estudada e debatida em universidades, centros de pesquisa e círculos intelectuais. Seus conceitos, como necropolítica e crítica da razão negra, têm sido utilizados como ferramentas analíticas para compreender a violência estatal, as dinâmicas raciais e a exclusão social que permeiam a realidade brasileira. Suas ideias têm fornecido subsídios teóricos para movimentos e organizações que lutam contra o racismo, a discriminação e a violência estrutural, buscando transformar as estruturas de poder e construir uma sociedade mais igualitária. Sua contribuição tem permitido uma compreensão mais aprofundada das relações de poder, racismo e colonialismo no contexto brasileiro, e tem estimulado o surgimento de novas perspectivas e abordagens filosóficas.

Objetivo Geral

Promover a inclusão das perspectivas africanas e afro-brasileiras sobre o que é a filosofia, bem como a crítica ao pensamento hegemônico europeu e ocidental tomando como linha de apoio a obra de Achille Mbembe. Propor um caminho de abordagem para a crítica à colonização do pensamento e às formas de dominação do outro. Abordar a relação entre filosofia e identidade, procurando ressaltar as questões da formação da subjetividade e da identidade não apenas individual mas social. Pensar a filosofia enquanto instrumento de transformação social.

Metas

1 - Criação de Proposta de Currículo para Ensino de Filosofia

Metodologia da Execução do Projeto

O projeto será executado através de uma combinação de elementos de pesquisa e de experiências de ensino em sala de aula. No primeiro semestre serão realizadas leituras e pesquisas para adequação e formulação das possibilidades de currículos. A partir de 2024, tomaremos o ano como a possibilidade de testar um funcionamento de currículo em que os autores africanos e afro-brasileiros são inseridos no calendário de ensino tomando como impulso as divisões clássicas da Filosofia. O que se pretende é atender à demanda de tratar esses autores e autoras como são tratados os autores do cânone filosófico, e não a criação de uma sub-área.

Acompanhamento e Avaliação do Projeto

A evolução e acompanhamento do projeto durante execução poderá ser feita mediante relatórios de atividades, verificados pelo Plano Individual de Trabalho e pelo Relatório Individual de Trabalho, elaborados semestralmente.

Disseminação dos Resultados

Esperamos ao final do projeto apresentar uma proposta de currículo para o Ensino de Filosofia no Ensino Médio que contemple a Filosofia Africana e Afro-Brasileira em sua estrutura e conteúdo. Além disso, esperamos publicar ao menos dois artigos acerca do tema.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. Trad. Ana Maria Gini Madeira. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ELA, Jean-Marc. Restituir a história às sociedades africanas: promover ciências sociais na África Negra. Luanda: Mulemba; Mangualde: Pedalço, 2013. (Coleção Reler África).
- FANON, Frantz. Les damnés de la terre. Paris: La découverte, 2003 [1961].
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Renato Silveira. Salvador: Editora

UFBA, 2008.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2018.

MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019a.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. Trad. Stephanie Borges. Revista Serrote, Instituto Moreira Salles, 2019b. s.p. Disponível em: Disponível em:

NOGUERA, R. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, Brasília, n. 18, p. 62-73, 2012.

NOGUERA, Renato. O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2014

REIS, Diego dos Santos. O governo da emergência: Estado de exceção, guerra ao terror e colonialidade. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020a.